

Criação, extinção e reinstalação da Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral, instituída em 24 de fevereiro de 1932, dois anos após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi suspensa em 10 de novembro de 1937, pelo próprio presidente Getúlio Vargas. Vargas havia atingido a Presidência do Brasil por meio de um golpe de Estado, ao depor, com o apoio de forças civis e militares, o presidente eleito por São Paulo, Júlio Prestes, fato que foi a gota d'água para o conflito gerado por uma crise que já vinha se formando ao longo do período da Primeira República (1889-1930), durante o qual membros das elites paulista e mineira se revezavam na Presidência, contrariando os interesses de vários outros estados brasileiros.

O Brasil vivia, então, uma imensa crise econômica (quebra da Bolsa de Valores de Nova York), política e social. Havia, também, uma revolta latente da população quanto à confiabilidade das eleições. A população não suportava mais as fraudes eleitorais e o “jogo de cartas marcadas” das elites políticas brasileiras. O sistema eleitoral, oficializado pela Constituição de 1891, determinava que as eleições deveriam ser organizadas, realizadas, apuradas e validadas pelos próprios integrantes do Parlamento, através da Comissão de Verificação das Eleições. Era comum e bastante usual naquela época a falsificação das atas eleitorais, cortando os nomes dos candidatos “indesejados” porventura eleitos.

Ao assumir a Presidência do Brasil, por meio de voto indireto, em 1930, Getúlio Vargas determinou, dentre outras medidas de caráter social, a criação um Código Eleitoral e de um órgão especializado ligado ao Poder Judiciário para organizar, realizar, apurar e validar as eleições (a Justiça Eleitoral). Criados o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais nos estados, bem como as Juntas Eleitorais e Juízos Eleitorais, procedeu-se à organização dos tribunais que, nos estados, eram dirigidos pelos vice-presidentes dos Tribunais de Justiça.

Na década de 1930, a Justiça Eleitoral realizou, no entanto, apenas duas eleições, a de 1933, elegendo deputados constituintes que redigiriam a Constituição de 1934, e a de 1935, que elegeu governador e dois senadores por estado. A Constituição de 1934 estabelecia que uma nova eleição para a presidência da República aconteceria num período de dois anos após a promulgação da Carta Magna. Assim, Getúlio Vargas, que foi oficialmente empossado Presidente da República em 1934, deveria deixar o poder em 1936, a partir da realização de uma nova eleição presidencial.

Em 1936 tem início, então, a campanha eleitoral para a eleição livre de um novo presidente. No entanto, indiferente à Constituição, Getúlio Vargas já articulava sua permanência no poder com os chefes militares, dentre eles os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. O pretexto para a supressão dos direitos constitucionais teria sido o avanço comunista sobre a Europa e demais países do Ocidente. Os governos estaduais, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul aprovaram as medidas.

O Congresso Nacional foi fechado em 10 de novembro de 1937. Pelo rádio, Getúlio Vargas afirmava à Nação que instituída, a partir daquele momento, “um regime forte, de paz, justiça e trabalho”. As eleições foram suspensas, a Justiça Eleitoral foi considerada extinta, a Constituição de 1934 foi anulada, os partidos políticos foram cassados, os meios de comunicação social (rádios e jornais impressos) foram censurados.

Houve milhares de prisões e muitas mortes durante os oito anos de duração desse período, intitulado “Estado Novo”. Getúlio Vargas firmou-se com ações populistas junto aos trabalhadores e esse populismo estabeleceu suas raízes no Brasil. Getúlio também, com o apoio das elites

agrárias, buscou impulsionar a indústria brasileira (criou a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional) usando um empréstimo de 20 milhões de dólares do governo norte-americano e recursos de fundos dos institutos de Previdência.

O Governo de Getúlio Vargas era ditatorial, centralizador e, em muitos pontos, assemelhava-se ao Fascismo de Benito Mussolini, na Itália. No entanto, sua proximidade com a política econômica dos Estados Unidos (via empréstimos e facilidades tarifárias) acabou por fazer com que, em 1942, Vargas aderisse à campanha militar dos aliados contra a Alemanha de Hitler e à Itália de Mussolini, enviando soldados brasileiros (Pracinhas) à Itália para lutar contra os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Encerrado o conflito mundial em 1945, o mundo ocidental começa novamente a respirar ares democráticos. Impulsionado por pressões populares e militares, Getúlio Vargas determina o fim da censura prévia aos meios de comunicação, a reabertura do Congresso e a reinstalação da Justiça Eleitoral para a eleição de um novo presidente da República e deputados à Câmara Federal, eleições essas que deveriam ser realizadas no dia 2 de dezembro daquele mesmo ano, o que efetivamente acontece. Getúlio Vargas até pretendia permanecer no posto de presidente, mas é deposto pelas Forças Armadas e as eleições se realizam.

A partir daí, a Justiça Eleitoral passa a atuar a passos largos, com cada vez mais técnicas para garantir a segurança do voto.

Texto: Berenice Sobral (Seção de Memória Eleitoral)